

ATA NÚMERO 6

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu, em sessão ordinária, pelas dezanove horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante. A mesa foi constituída por Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e João Carlos Santos Leite, respetivamente Presidente e Secretários. -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos senhores Vereadores: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Ana Cristina Torres Varejão dos Reis e Manuel Alexandre Machado Oliveira, este em substituição do senhor Vereador Carlos Manuel Azevedo Pereira. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as membros: -----

----- Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, André Costa Magalhães, Carlos António Silva Carvalho, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, José Luís Mesquita Peixoto, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes Oliveira, Carlos Alberto Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos, José Augusto Oliveira Araújo, Zita Graça Teixeira Pereira. -----

----- Presidentes de Junta de Freguesia: **Ansiães** – António Fonseca Brandão; **Candemil** – Ana Sofia Marinho Briga; **Fregim** – Sandra Castro Fraga; **Fridão** – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; **Gondar** – Hugo Vaz – substituído por Isabel Maria Teixeira Soares; **Gouveia (São Simão)** – Joaquim de Oliveira; **Jazente** –

Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; **Lomba** – José Filipe de Jesus Carvalho; **Louredo** – António Jorge Barbosa Torres; **Lufrei** – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; **Mancelos** – Ricardo Samuel Teixeira Alves; **Padronelo** – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; **Rebordelo** – Cláudia Daniela Mota e Silva; **Salvador do Monte** – Pedro Davide Leite Fernandes; **Telões** – Ivone Sofia Pinto Ribeiro; **Travanca** – Fernando José Teixeira da Cunha; **Vila Calz** – José António Pereira Ferreira; **Vila Chã do Marão** – Rui Filipe Silva Coelho; **Vila Meã** – Lino dos Santos Macedo; **União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea** – Henrique Jorge Monteiro; **União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão** - Américo Paulo da Silva Ribeiro; **União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei** – Ângelo Pereira Magalhães; **União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina)** – Daniel António Teixeira Pinheiro; **União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo** – Alfredo Teixeira Carvalho; **União das Freguesias de Olo e Canadelo** – Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho; **União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa** – António Cândido Alves Pinheiro.-----

----- Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, o/as senhores/as deputado/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Cândido Augusto Pires Zoio (substituído por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos e Sara Moreira Machado (substituída por José Luís Mesquita Peixoto). -----

----- Efetuado este procedimento, o senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, passando ao -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia** -----

----- De seguida, deu início à apreciação e votação da ata n.º 5, respeitante à sessão ordinária de 25.06.2022, pedindo dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi disponibilizada na plataforma informática. -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra o senhor deputado Pedro Ribeiro, que referiu a

omissão de uma das questões apresentadas ao senhor Presidente da Câmara, designadamente sobre a construção de uma linha de alta tensão no concelho de Amarante, não obstante o facto de constar a resposta à referida questão.-----

----- Assim, e com a correções solicitadas, a referida ata foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata, por terem estado ausentes da respetiva reunião, o/as senhores/as deputado/as: João Carlos Santos Leite, Amélia Maria Gomes Oliveira, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes de Oliveira, Cristina da Conceição Queirós (Presidente da Junta de Freguesia de Fridão), Hugo Vaz (Presidente da Junta de Freguesia de Gondar) e Américo Paulo Ribeiro (Presidente da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena Cepelos e Gatão). -----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, acrescentando que iria mandar enviar, para conhecimento, aos representantes dos grupos municipais, uma comunicação sobre o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação, 2021 2025 - Portugal Contra o Racismo - PNCRD 2021 – 2025 - Listagem de associações de imigrantes. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa dois requerimentos apresentados pela **senhora deputada Ercília Costa, em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista**, do seguinte teor: -----

-----"PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO-----

----- Construção urgente das novas piscinas municipais -----

----- Não é novidade para nenhum amarantino a necessidade urgente de construção de umas novas piscinas municipais, de forma a dar resposta às precárias condições das atuais piscinas localizadas junto ao Parque Florestal. Aliás, em diversos atos eleitorais, as candidaturas autárquicas do PSD apresentam, pelo menos, desde 2013, a intenção de construção deste equipamento. -----

----- A questão que se coloca é: então, qual o motivo para que, volvidos nove anos de governação, não existam desenvolvimentos claros sobre este tema? -----

----- O recente protocolo celebrado com o intuito de utilização das piscinas do Colégio de São Gonçalo apenas deixa a claro o atraso com que esta temática está a ser priorizada na atuação do executivo municipal. -----

----- Das novas piscinas municipais e de forma oficial nada se conhece. Realizando uma consulta na plataforma *Base.gov*, onde obrigatoriamente a autarquia tem de publicar todos os contratos que celebra, não consta rigorosamente nada sobre as novas piscinas. Estranhamos, portanto, que algumas imagens 3D tenham sido apresentadas em alguns fóruns locais. -----

----- Deste modo, solicitamos que o executivo municipal dê conhecimento aos deputados municipais de todos os procedimentos aquisitivos de serviços, respetivas datas e valores sobre as novas piscinas. -----

----- Também se desconhece o planeamento de futuras intervenções nas atuais piscinas que, ao longo dos últimos anos, nunca foram intervencionadas (pelo menos com obras dignas desse nome) de forma a aumentar o seu período de vida útil até à efetiva construção de um novo equipamento. -----

----- Chegados a este ponto, e depois de anos sem desenvolvimentos neste tema, entende o Partido Socialista, nos termos regimentais, recomendar ao executivo municipal: -----

----- 1 - Que nas prioridades de investimento do município se destaque a construção das novas piscinas municipais, de forma a concretizar este investimento num horizonte máximo de dois anos; -----

----- 2 - Que o programa funcional para as novas piscinas municipais promova um justo equilíbrio entre as necessidades do concelho e a respetiva disponibilidade financeira para o executar. -----

----- Amarante, 27 de setembro de 2022. -----

----- *Os deputados municipais do Partido Socialista* -----

-----"PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO"-----

-----Requalificação da Biblioteca Municipal de Amarante-----

----- A Biblioteca de Amarante é sem dúvida um espaço de excelência para o município e para todos os seus habitantes, contudo, o passar dos anos têm sido bastante sentidos no edifício. Se é verdade que em alguns momentos foram executadas algumas obras de cariz pontual para remediar problemas existentes, uma requalificação estrutural do edifício nunca foi executada. -----

----- Ao longo dos últimos anos o Partido Socialista, por várias vezes, questionou nesta assembleia o executivo municipal acerca do mesmo e sempre nos foi transmitido que este seria um problema premente a ser solucionado, uma vez que todos estaríamos de acordo que o atual edifício nas condições que se encontra não serve para o fim que fora executado. -----

----- Passados estes anos questionamos se existe já algum estudo ou projeto para uma requalificação plena do edifício. -----

----- Hoje ao andarmos por volta do edifício deparamo-nos com um edifício com uma imagem de abandono, paredes exteriores bastante deterioradas, rolos solares rebentados, arranjos exteriores inexistentes onde muitas vezes o mato existente impede-nos de ver os próprios trilhos de passagem. Certamente que esta não é a imagem que queremos passar de uma cidade considerada pela UNESCO como uma cidade criativa. ----

----- O edifício e o seu uso têm de se voltar a ligar à malha urbana da cidade e existir uma verdadeira integração dele nos percursos da cidade. Hoje parece-nos um edifício que, apesar de estar no centro da cidade, se encontra bastante longe do mesmo. Assim, reiteramos, uma vez mais, a necessidade premente de uma requalificação de todo o edifício existente, mas também de todos os seus arranjos exteriores que o conectarão novamente à cidade. -----

----- Se somos e queremos ser uma cidade ligada à cultura e à literatura, não podemos

tratar estes edifícios que são esse rosto, deixando-os ao abandono. -----

----- Amarante, 27 de setembro de 2022. -----

----- *Os deputados municipais do Partido Socialista* -----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD,** questionou a Mesa se os documentos eram para ser admitidos a discussão, ou se tratava apenas de uma informação do Partido Socialista para enviar à Câmara Municipal. -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS,** afirmou que o Regimento da Assembleia prevê o envio de recomendações à Câmara Municipal. -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD,** questionou a Mesa sobre o tratamento a dar aos requerimentos, alegando que, se fosse para discussão, teriam de ser admitidos, através de votação. Caso fosse para enviar como mera comunicação, poderia ser enviada diretamente ao senhor Presidente da Câmara, eventualmente, pelos senhores vereadores do Partido Socialista. -----

----- Após breve discussão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à **votação a admissão dos requerimentos apresentados pelo Partido Socialista**, em conjunto, tendo sido **aprovada por unanimidade**. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à discussão a proposta de recomendação sobre a “construção urgente das novas piscinas municipais”. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD,** proferiu a seguinte intervenção: “Eu lamento que se venha com este tipo de propostas aqui, porque, de facto, deviam vir aqui com uma proposta de louvor e felicitação a esta Câmara, a este Presidente, pelo enorme investimento já feito. A senhora deputada pode começar ali, no Arquinho, vai pela Avenida Alexandre Herculano, até pode começar na rotunda que, para o vosso partido, era impossível; um bocadinho

mais acima, vem pela Rua 31 de Janeiro; mais acima ainda - agora que está a começar a obra da Avenida General Silveira -, e vê o Cineteatro; depois, olha para o outro lado e vê o que está a ser feito no parque do Rossio; a seguir pode ver como está o Parque Florestal, onde não se pode fazer nada porque o governo socialista anda a engonhar, desculpem a expressão; segue, dá a volta e sobe pela Rua Cândido dos Reis e vê o elevador, em cima, à esquerda; adiante, vê o Solar dos Magalhães, continua, e vê duas rotundas novas; e depois vai pelo Hospital e vê o Bairro Cancela de Abreu, ali também pode ver as obras no outro bairro, em frente ao antigo quartel da GNR. Agora já viu o investimento que foi feito, isto fora as obras nas freguesias? E a senhora deputada, se fosse coerente e séria, politicamente, também devia ter vindo aqui dizer que é verdade isto que eu disse. E o senhor Presidente da Câmara já deu explicações, várias vezes, sobre estes dois itens. Isso é que é seriedade política, que era o que eu fazia quando estava na oposição. Só que aí tinha um problema, não podia criticar nada. -----

----- O programa do Partido Socialista, em 2009, já tinha, mesmo antes, nas grandes opções do plano, o Solar dos Magalhães, o Cineteatro, as Termas, o quartel da GNR, o programa da cultura e do desporto e a senhora deputada nunca veio cá falar nas piscinas. -----

----- As novas piscinas a localizar na Baseira, proporcionarão um equipamento mais moderno e de maior qualidade, quer na prática de competição quer de lazer. Portanto, o senhor Presidente já fez muito. Sim, já fez muito, vai ter história em Amarante e vocês deviam ser gratos a este Presidente da Câmara, porque é notório, é público, é factual, o grande investimento que fez em Amarante. E vêm agora com duas obras que, de facto, são necessárias, mas que resultam de erros da vossa gestão, aquela piscina no parque florestal nunca devia ter sido ali construída e da maneira como foi. A conceção e a construção do edifício da Biblioteca é uma miséria, senhora deputada. E agora eles é que estão a resolver tudo o que vocês fizeram de mal e ainda vem aqui criticar. Isto não se faz.” -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** "Lembro o senhor deputado António Araújo que é um pouco estranho pegar num plano de 2009. O senhor parou no tempo? Certamente que parou no tempo, ao vir aqui e agarrar no programa do Partido Socialista, de 2009, e dizer que era assim. Então, o que evoluiu o mundo nesse tempo todo? E o senhor continua em 2009. Não me compete a mim elogiar, compete a vocês elogiarem o trabalho do senhor Presidente da Câmara, porque nós, quando não falamos mal, está tudo bem. O que está aqui em causa é uma questão de prioridade, é o que nós defendemos. Certamente vai haver investimento nos próximos anos e o senhor deve reconhecer que uma terra de ilustres escritores merece, pelo menos, que esta biblioteca seja dignificada. Estamos a pedir que seja recuperada até que se construa uma nova biblioteca. Não estamos a pedir de mais. O futuro e o presente não se coadunam com uma biblioteca naquele estado. O senhor acha que sim? Por isso, não venha para aqui defender o que fez. O que está em causa aqui é a proposta que nós temos e que apresentámos. O que o senhor veio aqui fazer foi campanha política pelo seu partido. Somente, mais nada." -----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** "Primeiro, dizer que me vou cingir à parte da proposta que foi apresentada para as piscinas, porque a outra, relativa à biblioteca, ainda não foi discutida. E quero só dizer aqui algumas coisas sobre este tema. Eu, há pouco, ouvi um aparte - que agora também são utilizados na sala -, enquanto falava o colega António Araújo, a senhora deputada do Partido Socialista disse "pararam no tempo". Mas, o que eu acho que parou no tempo, é a forma de fazer política do Partido Socialista, porque esta proposta que está aqui, hoje, - e posso dizer, desde já, que a bancada do PSD vai votar contra esta recomendação -, é de uma desonestidade política e intelectual - e eu gosto de usar o termo desonestidade intelectual, porque foi muitas vezes usado pelo Partido Socialista, erradamente. Mas eu vou usá-lo corretamente, porque, ainda na

última Assembleia Municipal, os senhores ouviram o senhor Presidente de Câmara falar sobre o aumento dos custos relativamente às obras e dizer-nos, por exemplo, que está em curso o projeto das novas piscinas municipais de Amarante. Portanto, o que o Partido Socialista aqui vem fazer é recomendar que a Câmara Municipal faça uma coisa que já está a fazer. Na reunião de Câmara surgiram propostas de alteração e com isso o projeto está a ser adaptado. Portanto, o que o PS aqui veio fazer hoje, foi política, com aquilo que os outros têm trabalhado para fazer. O que o PS aqui hoje quer vir fazer, é dizer aos amarantinos que eles é que propõem, mas vêm propor aquilo que o PSD e a coligação Afirmar Amarante estão a fazer no executivo municipal. O que o PS quer fazer com esta proposta de recomendação é enganar os amarantinos, e colocar isto num cartaz na rotunda da Vinha a dizer "nós é que fazemos". Mas querem fazer aquilo que os outros que estão a governar já estão a fazer. O PS tem, decididamente, que melhorar a sua forma de fazer oposição e passar a ser uma alternativa, porque ser alternativa com aquilo que os outros já estão a fazer, não é mais do que tentar enganar os amarantinos. Portanto, perante isto, face a esta demagogia e a esta desonestidade intelectual, não há outra solução que não seja a de o PSD votar contra." -----

----- Terminada a discussão da proposta de recomendação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu-a a votação, tendo a mesma sido rejeitada por **26 votos contra, 0 abstenções e 24 votos a favor**. Encontravam-se na sala 50 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

----- Seguidamente deu-se início à discussão da proposta de recomendação sobre a "Requalificação da Biblioteca Municipal de Amarante". -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** "Gostaria de começar esta minha intervenção apenas para lembrar os senhores deputados do PSD que têm por hábito falar aqui de seriedade e honestidade intelectual e política que tenham cuidado com os termos, porque é ofensivo

esse tipo de argumento. Depois, a questão dos *outdoors*. Devemos ter aprendido com o senhor deputado Carlos Carvalho, quando colocou um, ali no Parque Florestal, ou qualquer coisa do tipo. Por isso, provavelmente, faremos e teremos a mesma atitude, aprendemos com o antigo líder da JSD. Têm uma artimanha de tentar dar a volta ao texto, de maneira a enganar os deputados em relação à biblioteca. O que está aqui em causa e aquilo que eu pedi, há pouco, é que se recomendava ao senhor Presidente da Câmara, que apresentasse o ponto de situação em relação às futuras piscinas. Por isso, nem isso quiseram saber. Agora, em relação à biblioteca, o que se propõem fazer enquanto for possível? Estou a falar do custo dos materiais e da mão-de-obra. Eu lembro-me que muito recentemente aprovamos aqui, a aquisição de um terreno de 1.100.000€, que eu vim aqui contestar. Então, há ou não há dinheiro? É a questão da oportunidade, a questão da oportunidade e da prioridade política. É aquilo que nós estamos aqui a pedir. Se há dinheiro para se comprar um terreno por esse valor, certamente que haveria dinheiro para recuperar, com esse valor, a Biblioteca Municipal. Por isso, mais não digo. O que está em causa aqui, é dignificarmos a Biblioteca Municipal, enquanto não for feita uma nova. Ainda recentemente estive lá e, realmente, o exterior era uma coisa que, aliás, faz-me lembrar o Harry Potter, naquele ambiente sombrio. Aquele filme aterrador, é exatamente o que eu ouço. Se foi feita pelo Partido Socialista, ainda bem. Por isso, o que propomos é que seja requalificada a Biblioteca Municipal, que seja uma prioridade para este executivo, enquanto não se fizer uma nova biblioteca, não estamos a pedir nada de extraordinário, suponho. É uma opção política, claramente, a forma como olhamos para a cultura em Amarante.”-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** “Da recomendação que o Partido Socialista traz para que se recomende à Câmara Municipal, há uma atenção especial à questão da biblioteca. O tema da biblioteca tem vindo a ser discutido, a Câmara Municipal já o abordou muitas vezes. Já intervencionou onde teve que intervencionar, em situação de emergência.

Todos nós estamos cientes disso, não achamos é que esta seja a forma correta para vir fazer política, com algo que se sabe que está também a ser trabalhado e, portanto, vamos votar contra esta recomendação. Por último, nós objetivamos muita coisa na política e eu não tenho problema nenhum com isso. Também não tive problema quando me chamaram papagaio - num artigo de opinião, na altura, escrito pela Dr.ª Ercília Costa -, porque faz parte. E, portanto, eu, hoje, também não tenho problema nenhum de vir aqui dizer que, passados tantos anos de ter sido chamado papagaio, a Dr.ª Ercília Costa continua a vir aqui dizer algumas coisas, mas a questão é que eu, hoje, faço parte de um partido que, além de falar, faz. E outros fazem parte de um partido que falava e não fazia. Agora fala de querer fazer o que os outros fazem.” -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a proposta de recomendação, tendo a mesma sido rejeitada por **27 votos contra; 0 abstenções; 23 votos a favor**. Encontravam-se na sala 50 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Senhor Presidente, tentarei ser breve, apenas duas questões: Se não estou em erro e corrijam-me, por favor, se estiver errada, a última reunião do Conselho Municipal de Educação foi realizada em janeiro de 2019? -----

----- Eu sei que na altura estávamos a viver o período de pandemia, mas, naquele tempo, eu lembro que, no meu trabalho, faziam-se as reuniões em formato videoconferência. Por isso, não percebo porque é que já estamos sem reunir, desde 2019. Uma outra questão que eu tenho vivido diariamente, que é na Rua António Lago Cerqueira. Quem sai, de manhã, antes das 9h00, apanha o sol de frente. Temos o inédito de termos, de um lado, uma obra, suponho que é referente a águas ou eletricidade, para uma casa e, logo mais acima, temos um pneu cheio de cimento, com um sinal, a anunciar a obra precisamente ali junto ao Cineteatro. Não faz sentido absolutamente nenhum, porque temos que sair da nossa mão. E torna-se perigoso, até porque, não

temos visibilidade absolutamente nenhuma. Por isso, devem tirar o sinal da obra junto ao Cineteatro que lá está, e colocá-lo noutra sítio, de maneira a que se circule com segurança.-----

----- Também trazia aqui uma questão que tem a ver com a falta de pessoal em algumas escolas, devido a baixas médicas. Falta de pessoal, nomeadamente, assistentes operacionais e assistentes técnicos. Eu sei que, provavelmente, está a decorrer algum concurso, mas para quando se prevê a substituição desses funcionários?-----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, faço hoje esta intervenção naquela que considero ser a melhor oportunidade, antes da elaboração do próximo orçamento municipal. Hoje vivemos tempos difíceis. O senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, dizia que vivíamos numa cascata de crises. De facto, é verdade, a crise da dívida soberana, a crise pandémica, a crise climática, a crise demográfica, a guerra, a seca, a inflação e, brevemente, a recessão. Tudo isto vai ter um impacto brutal nas organizações do Estado e na população. O Banco Central Europeu subiu os juros, as taxas Euribor dispararam e as famílias vão ter aumentos brutais e repentinos nas prestações das suas casas. Segundo um jornal, em outubro, terão uma revisão contratual da respetiva taxa de juro. O aumento de juros da Euribor, a 12 meses, irá traduzir-se num incremento de 120€ na prestação de casa, em cada 100.000€ de financiamento. A situação vai-se prolongar em novembro e dezembro deste ano, e no ano de 2023. Estudos recentes realizados sobre a cesta básica de alimentos, dizem que a mesma vai sofrer um aumento de 13%, no final do ano. Se tivermos em conta que a taxa de inflação, no final deste mesmo ano, se situará entre 7,4 e 7,7 %, vamos ter cada vez mais sofrimento e, as desigualdades vão disparar. A inflação é um imposto terrível, sobre os pobres. E, por isso, acho oportuno, nesta altura, dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal que tenha isto em atenção nas próximas medidas e, no próximo orçamento municipal, o executivo deve incluir

medidas de apoio às famílias. Uma crise é terrível, mais do que uma é ainda pior. Senhor Presidente, em tempo de exceção tem que se tomar medidas de exceção. Tem que se dar resposta às necessidades das pessoas que estão em sofrimento, a uma crise humanitária que se está a desenvolver.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Eu tenho aqui duas questões para o senhor Presidente da Câmara e uma constatação. Este fim de semana decorreu o festival MIMO, na cidade do Porto. Considerando que, o mesmo decorreu até 2019 em Amarante, pelo menos durante quatro edições. Enfim, sem pôr em causa a relevância do festival, que eu acho que era importante - se bem que, enfim, com críticas, em função daquilo que ele custou aos impostos dos amarantinos -, em quatro edições, não andarão muito longe dos 2.500.000€. Mas, essa é uma outra questão que nós podemos vir a ter, o que é certo é que, hoje, nós constatamos que o festival, de facto, saiu de Amarante. Nós vimos, também, inclusivamente, que, no Orçamento de 2022, que foi aqui aprovado, neste órgão, em dezembro do ano passado, havia lá um parágrafo que falava de responsabilidades de não adjudicação da contratação à empresa ou à entidade que promove o festival MIMO, no valor de 550.000€. Ao que sei, e penso que já há, pelo menos, uma condenação contra o Município de Amarante, numa primeira instância, não sei se já transitou em julgado. Se o Município já pagou, se recorreu, não sei. Essa é a primeira questão, saber em que ponto é que isso está? -----

----- A segunda questão que também gostaria de colocar tem a ver com uma obra que foi recentemente divulgada - a obra na Avenida General Silveira -, no valor de 1.200.000€. E, mais uma vez, sem pôr em causa o mérito da obra, sem pôr em causa a necessidade de uma obra de requalificação daquela artéria, certo é que nós olhamos para o valor de 1.200.000€, para uma estrada que terá cerca de trezentos metros de comprimento, por cinco de largura, o que perfaz, 1.500 m². O que terá aquela artéria, pergunto eu, para a sua requalificação custar 1.200.000€? Quando nós sabemos, por

exemplo, que a estrada que foi recentemente inaugurada, e muito bem, entre Fregim e Pidre, custou exatamente o mesmo valor, só que tem cinco quilómetros. E, portanto, nós que andamos por todo o concelho e percebemos que há aqui grandes necessidades de requalificação da nossa rede viária, vemos que em 300 metros lineares, ou 2.000 m², gastamos 1.200.000€. Quando se fala que não há dinheiro, que os custos de produção e de construção estão pelas ruas da amargura e, portanto, senhor Presidente, eu ponho aqui a questão do critério. Eu gostava de ter a minha casa toda forrada a mármore! Enfim, se fosse possível, mas não tenho dinheiro e tenho outras opções. Tem de se fazer aqui uma relação equilibrada do custo/benefício, parece-me que foi o que faltou, aqui ao Município.-----

----- A terceira questão que queria colocar era a constatação de que, no passado verão, dentro daquilo que foi a atividade cultural, pela primeira vez, em muitos anos – retirando os dois anos de pandemia -, o Município de Amarante decidiu não honrar e homenagear os seniores do concelho, numa das suas datas mais importantes, que é o feriado municipal. Percebemos que foi uma opção política do Município dizer que os seniores do nosso concelho, os idosos do nosso concelho, não têm o direito, não merecem esta distinção e que lhe seja dedicado este dia do município, a um escalão etário que tão acarinhado deveria ser. Muitas das vezes, este era o dia em que os seniores podiam sair de casa e conviviam livremente, encontravam outras pessoas e que, por uma opção política direta, o Município deixou de fazer essa homenagem.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** “O senhor deputado Torcato Ferreira trouxe aqui um argumento que nós chamamos de *nonsense*. *O MIMO não presta! Mas porque é que saiu do Amarante?! O MIMO para mim podia ter saído há muito tempo, mas foi muito caro!* Isto, senhor deputado, ou se gosta ou não se gosta, ou se quer ou não se quer. Repare, eu fico muito satisfeito por ver os senhores deputados do Partido Socialista preocupados com o MIMO, muito sinceramente, sabe porquê? É que o MIMO, de facto, projetou

Amarante, toda a gente sabe disso, isto é notório, é factual, nem estou aqui a inventar nada; toda a gente sabe que projetou Amarante, a nível nacional e internacional. Quanto aos detalhes, isso é para os tribunais administrativos. A Câmara Municipal, depois, certamente, explicará isso, tecnicamente. Toda a gente já sabe que o Município foi condenado a pagar, não sei quanto, mas o senhor diz que houve recursos, logo ainda não foi condenado. Certo, senhor deputado? O senhor disse aqui que já foi condenado a pagar não sei quantos milhares de euros, foi o que eu ouvi aqui dizer, mas, se a ação ainda não transitou em julgado, não foi condenado, ponto final, parágrafo. Fico muito satisfeito, porque, senhor deputado, nas edições do MIMO eu andava sempre em todo o lado e vi que toda a gente gostou, o que me agradou, naturalmente. Veio muita gente de fora. Isso foi bom para toda a gente, nomeadamente para os amarantinos. Mas eu nunca vi lá, que me lembre, ninguém do Partido Socialista que fosse vereador ou que fosse deputado, nunca vi. A única pessoa que vi lá foi o Dr. Francisco Assis. Eu não estava em zona *VIP*, andava em todo o lado, a controlar. Se os senhores estiveram lá, muito bem, eu pensei que não tinham ido lá, para não acrescentar êxito ao festival, mas foram lá. A senhora deputada Ercília Costa também está a falar muito, mas o único sítio onde a vi, foi na festa Amarantina, em termos de eventos de Amarante. Portanto, quando o MIMO vier outra vez, eu já verei lá todos os senhores deputados no festival, porque, agora, como o MIMO já saiu, os senhores já se vão preocupar e vão ao MIMO outra vez. Ainda bem que eu vim aqui.”-----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Bem, eu nem sei como é que hei de responder a esta intervenção do Dr. António Araújo, enfim, porque falou em *nonsense*. Eu também me lembro que gostava bem de ouvir os *Monty Python*, mas o senhor é mais dos “sete pecados rurais”, porque confundiu um bocadinho isso tudo. E, portanto, dizer que o senhor Dr. António Araújo se dispôs a vir aqui a este púlpito para dizer absolutamente nada. Ou seja, o senhor veio aqui a este púlpito dizer que, em vez de estar a ver os

espetáculos e os grandes artistas que cá vieram, estava preocupado em saber quantos socialistas é que lá estavam e, portanto, são questões, são prioridades, mas, enfim, cada um vai a espetáculos para ver o que muito bem entende. A outra questão, o que eu fiz foi perguntar ao senhor Dr. Araújo - e eu sei que, pelo menos, houve uma primeira condenação, não sei se houve trânsito em julgado -, foi, se houve ou não? Ou se já foi condenado em instância final? Foi isso o que eu perguntei e o senhor respondeu não respondendo. De facto, o *nonsense* esteve do seu lado.”-----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “No Irão existe uma polícia, chamada a «polícia dos costumes», que controla a maneira como as mulheres colocam lá a vestimenta. O senhor deputado Araújo é o controlador dos festivais e dos concertos em Amarante. Na próxima, ponham uma lista de presenças à entrada, para que toda a gente a possa assinar. E o senhor, então, de facto, irá controlar quem esteve e quem não esteve. Se eu estive na festa Amarantina, só me diz respeito a mim, não ao controlador António Araújo. Por isso, por favor, quando quiser controlar as entradas nos recintos, não se esqueça, leve a lista de presenças.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** “Senhora deputada Ercília Costa, agradeço as suas palavras, sabe porquê? Senhora deputada, é que eu fui de facto controlador. Veja lá, acertou. Eu fui controlador, militarmente. Portanto, não tenho problema nenhum em ser controlador. Se acha que eu ando preocupado em controlar se a senhora vai ou não vai, está muito enganada. Eu só disse que não a vi, que é que quer que eu lhe diga? Por exemplo, está ali o senhor Presidente da Junta de Amarante (São Gonçalo), eu vi-o, está a ver. Mas nunca vi a senhora deputada, que quer que lhe diga? Já agora, que estamos nesta conversa, sabe quem é que começou a fazer este tipo de controlo? Eu vou dizer-lhe, foi o senhor Dr. Abel Coelho. Quando nós éramos vereadores da oposição, escreveu num jornal de Amarante, ou outro qualquer, a dizer que, os senhores vereadores não

iam aos eventos e não via lá nenhum de nós. E sabe o que é que eu fazia? Agradecia-lhe, porque ele tinha toda a razão. Eu, na altura, não lhe disse que ele era um controlador. Disse-lhe: *o senhor tem toda a razão. Acho que os senhores vereadores devem ir a todos os eventos relevantes do Município. Agora estou a falar a sério. Nós, a partir daí, até pedimos ao Dr. Armindo Abreu: senhor doutor, faça favor, se não nos convidou passe a convidar-nos para todos os eventos do Município.* -----

----- Com certeza que os senhores vereadores, agora, também são convidados, assim como os senhores deputados municipais também o são. E eu lamento que, por exemplo, num evento com a relevância da apresentação do centenário de Agustina Bessa-Luís, nem o senhor Torcato, de Vila Meã, nem o senhor Presidente da Junta de Vila Meã, tivessem estado num evento desses. Foi notória a falta desses senhores e dos senhores vereadores que aqui estão. Vários eventos que não são políticos, são eventos de interesse para o Município. E, lamentavelmente, poucos aparecem. Se isto é controlar, então eu controlo, porque isto é política, não é controlo do tipo ver quem vai ou não vai.”

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “O Dr. Araújo levantou uma questão que eu gostaria aqui de dizer que, nós estamos aqui a perder tempo com assuntos que nos deviam, de alguma forma, envergonhar perante o público que cá está, e nós aqui, nesta casa, com assuntos tão importantes para debater, a discutir quem é que vai a este ou àquele evento. Deixe-me dizer-lhe que, na altura do evento do Centenário de Agustina Bessa-Luís, não estive no concelho, nem sequer no país. Mas deixe-me também dizer-lhe outra coisa, o senhor, de facto, tem um problema com o Partido Socialista, tem um problema com o passado do Partido Socialista. E sabe por que tem? Porque você e outros têm necessidade de falar do passado, de facto, o que é revelador da dificuldade em justificar o presente e perspetivar o futuro. Vocês já cá estão há nove anos, mas, mesmo assim, ainda temos que vir aqui falar do tempo Dr. António Teixeira, que Deus o tenha!”-----

----- **António Brandão, Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães** – “Venho

aqui só para abordar uma questão que surgiu na minha Assembleia de Freguesia, à qual eu não soube dar resposta. Não sei de quem é responsabilidade e se está relacionado com os programas “Aldeia Segura”, questionaram-me o que é que tem sido feito a este nível, na minha freguesia, e eu respondi que nada foi feito. Resultou de programas emanados do Governo e que pretendiam, segundo eu estive a pesquisar, estabelecer medidas estruturais de proteção de pessoas e bens, identificando pontos críticos e locais de refúgio eventuais, em caso de necessidade. Eu não sei se essa responsabilidade é da juntas de freguesia, se é do presidente da junta, se é do Governo, se é da Câmara Municipal e da proteção civil, não sei. Sei que na minha freguesia nada foi feito e o que eu disse foi: *meus amigos, em caso de necessidade, fujam para a piscinas se souberem nadar, e, se o fogo andar por perto, atirem-se lá para dentro. Se não souberem nadar, enfim, vamos organizar uma solução.* Não sei, não consegui dar outra resposta. Não sei se o senhor Presidente da Câmara, ou mais alguém, me pode ajudar nesta questão, para que eu possa informar também o meu deputado.”-----

----- **O senhor Vereador Adriano Santos, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, proferiu a seguinte intervenção:** “O Município, em determinada altura, em virtude da pandemia, suspendeu a adjudicação do festival MIMO até ao levantamento da pandemia. Não conformada a empresa responsável pela produção do festival intentou uma ação judicial. Essa ação procedeu, ou seja, o Município foi condenado a reabrir o procedimento de contratação nos precisos termos do que foi suspenso. Foi o que aconteceu! O Município abriu novo procedimento com a consequente adjudicação à empresa produtora do MIMO, nos mesmos termos e condições. Porém, a empresa em causa não a entregou a respetiva garantia bancária recusou-se a assinar o contrato e, entretanto, o Câmara declarou a caducidade do procedimento, que abriu e que estava de acordo com a sentença judicial. Por sua vez, a empresa veio intentar uma ação judicial, que viria a perder, onde fundamentava que se recusou a assinar o contrato porque o Município não o executou conforme os termos inserto. Efetivamente o Tribunal

pronunciou-se pela conformidade do procedimento aberto pelo Município nos precisos termos da sentença. Não concordando com a sentença, a empresa produtora recorreu novamente tendo obtido ganho de causa nesse recurso, no Tribunal Central Administrativo do Norte. Perante tal condenação, com que o Município não se conformou, dela recorreu, no dia 26.08.2022. Estando neste momento, a correr os seus termos. De uma forma simples, tecnicamente, foi isto o que aconteceu em relação ao MIMO.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** “Quero tecer duas ou três considerações sobre estas recomendações que foram feitas, relativamente às piscinas e à biblioteca. No que respeita às piscinas, a sua reabilitação é para nós uma prioridade, para se manterem ativas durante mais dois ou três anos. Segundo, dizer que, em 2017, desenvolvemos um novo projeto para as novas piscinas de Amarante e que, em 2020, o qual sofreu algumas alterações por sugestão da Câmara. Neste momento, não há mais desenvolvimentos, estando o projeto pronto, mas com a crise, tal como eu já expliquei aqui, fez aumentar, tão-somente, em 5.000.000€, o preço base que estava estabelecido. E, portanto - isto não é política, é engenharia -, estamos a tentar perceber como é que conseguiremos baixar os custos, utilizando, eventualmente, outros recursos, outros materiais. Portanto, isto é uma vontade política do Executivo, como será, obviamente, uma vontade política de todos que estão aqui nesta sala. Com certeza que sim, mas nós já estamos a trabalhar neste processo, há muito tempo, inclusive para que elas pudessem ser acomodados no terreno em que vão ser feitas. Adquirimos uma parcela, uma pequena quinta, para que pudesse reunir todas as condições para uma boa localização. Não preciso ser sensibilizado, porque sensibilizado já eu estou, há muitos anos. Esta necessidade, como dizem, já tem largos anos, agora também é verdade que este executivo, assim como os anteriores, tem limitações de ordem financeira e não dá para fazer tudo o que gostaríamos. E eu estou à vontade para dizer aqui que, nos últimos cinquenta anos, fomos nós quem fez o maior investimento neste Município, mais é

impossível. Isto é factual, é com números que eu trabalho, não é demagogia, não entro nisso. Temos feito, efetivamente, obra visível e necessária em Amarante. É claro que eu também adoraria já ter concluído essa obra das piscinas. Não sei se a irei fazer, ou não, tudo depende da conjuntura, mas é nossa vontade que elas sejam feitas neste mandato, como temos vontade de fazer muitas outras obras. Mas, vamos ter que priorizar e, por esse motivo, já expliquei a razão de termos celebrado um contrato com o Colégio de São Gonçalo. -----

----- Relativamente à Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, desde que entrei, o cenário é o mesmo. Houve um problema com o telhado, o qual foi resolvido, mas, de resto, é exatamente o mesmo quando eu entrei. Têm toda a razão ao dizer que estão desajustadas, mas por questões de prioridade, estamos agora a fazer o novo programa funcional. A nova diretora do Departamento de Cultura está a estudar esse assunto. Ainda na semana passada estive a trabalhar nessa matéria, nomeadamente naquilo que é a nova vocação da biblioteca. E os senhores deputados, que têm de ser pessoas informadas, não basta dizerem que é preciso fazer obras. É preciso saber também que obras é que vão ser lá feitas, porque a nova vocação desta biblioteca tem que ser diferente. Não deve ser só o que ela serviu no seu tempo, e bem; não estou a criticar o passado, mas, neste momento, leva-nos a repensar todo o modelo de organização e funcionamento, com tempo e por quem percebe. Quanto aos arranjos exteriores, os arquitetos é que trabalham toda esta matéria, mas estejam descansados, uma coisa vos posso garantir, que, antes de ir embora, o projeto, pelo menos, ficará feito. A obra não vai ser feita já, porque é impossível.-----

----- Relativamente ao Conselho Municipal de Educação, referiu que o mesmo está marcado para o mês que vem. Houve dois anos de interregno nas atividades e, portanto, o Conselho Municipal de Educação também não se realizou, como aconteceu noutras áreas que estiveram confinadas. Quanto aos assistentes operacionais, respondeu que, efetivamente, está a decorrer um concurso para recrutamento de sete trabalhadores,

mas, salvaguardou que fiquem preocupados aqueles que acham que agora é um drama, porque, apesar disso, os agrupamentos têm mais trinta e um trabalhadores do que tinham antes da transferência de competências. E também dizer-vos que é verdade que, no início, era um pequeno problema, porque nos faltava uma bolsa de recrutamento, mas já sanamos esse problema, porque criamos essa mesma bolsa.-----

----- Os tempos difíceis são efetivamente preocupantes e eu subscrevo integralmente a intervenção do senhor deputado José Joaquim Teixeira, porque é ainda mais preocupante quando olhamos para a frente e tentamos adivinhar o que pode acontecer, isso é tenebroso. Mas, deixem que vos diga, os tempos difíceis são para todos e também para esta Câmara. Os preços base das empreitadas quase duplicaram, está tudo em revisão de preços. Está uma loucura, mas, se atentarmos que o governo tem um encaixe de impostos, na ordem dos 26%, só de IVA, e pensar que eles vão pegar num cheque e vão dar aos municípios, desenganem-se. O Governo tem arrecadado cada vez mais impostos, mas ainda não chegou às câmaras nem aos bolsos dos portugueses. Pode ser que chegue, e oxalá que chegue, porque, excetuando, obviamente, as grandes autarquias, como Cascais, Lisboa, Porto, todas estão a passar por uma fase terrível. Portanto, nós temos é que honrar compromissos, continuar a definir e a fazer os projetos que temos que fazer, nomeadamente a biblioteca e outros. Para isso, vamos necessitar de dinheiro e tentar, no âmbito daquilo que é o programa do Portugal 2030, ir buscar o máximo de financiamento. Ainda hoje, numa reunião da CIM-TS falamos disso, pelo que, dentro em breve, já teremos algumas notas daquilo que poderá ser o Portugal 2030. E a crise da construção vai ser terrível, como sabem, esta questão do aumento das taxas de juro está a fazer com que o investimento privado esteja a cair. Agora é importante que as câmaras municipais tenham capacidade para fazer alguma coisa, como fizemos na altura da *Troika*, em que os municípios tiveram papel fundamental para revitalizar a economia. Sobre a intervenção do senhor deputado Torcato Ferreira, relativamente ao festival MIMO, dizer que cometeu aqui alguns erros de linguagem crassos. Nós não fomos

condenados a pagar! Como sabe, por motivos da pandemia, tivemos que retirar a proposta. E o Governo, numa tentativa de ajudar as entidades que estão ligadas ao mundo do espetáculo, fez sair uma lei - que toda a gente diz que é leonina, não sou só eu -, em que, havendo programação anunciada, tinha que se avançar com o agendamento e pagar o adiantamento, a troco de nada. O que acontece é que, nessa altura, logicamente, nós não tínhamos programação. Mais tarde, foi publicada outro diploma legal, dizendo que, tendo começado os procedimentos, teria que se fazer o reagendamento, para o qual eu estava disposto a reagendar, até porque sempre disse publicamente que queria o MIMO, em Amarante. Portanto, eu não podia pagar correndo o risco de não se fazer o MIMO. Aquilo que eu disse à representante da empresa é que o Tribunal decidiria, acabando por nos dar razão, dizendo aquilo que eu sempre dissera, ou seja, que tinha que haver um novo agendamento. Agora não sei o que vai acontecer no Supremo, mas não estou preocupado, porque a Câmara Municipal de Amarante agiu em conformidade. Não podíamos dar 550.000€ para não se fazer nada. Se o Tribunal decidir que temos que pagar, nós teremos de cumprir. Mas, hipoteticamente, até se pode dar o caso de o MIMO regressar novamente no próximo ano. -----

----- Sobre a obra na Avenida General Silveira, comparar esta obra com a estrada de Pudre, acho que é um bocado abusivo. Aqui trata-se de um arranjo urbanístico, efetivamente, é um bonito arranjo urbanístico, com qualidade e com materiais nobres. É uma obra que eu tenho muito orgulho em fazer e, mais orgulho terei, quando a inaugurar. O Município de Amarante entendeu que é urgente requalificar espaços nobres na cidade e, por isso, também o fará na Alameda Teixeira de Pascoaes, motivo pelo qual tenho muito gosto de ter lançado esta obra e acredito que até o senhor vai bater palmas depois da inauguração. -----

----- Relativamente aos seniores, digo-lhe que a decisão de não avançar foi votada, por unanimidade, em reunião de Câmara, por uma questão de prudência. Quando tínhamos de fazer a programação e iniciar os procedimentos de contratação, havia muitas

reservas, porque a pandemia era perigosa e existiam muitos receios, especialmente neste escalão etário. Foi isto, houve prudência e não desrespeito por ninguém. Era consensual a nossa vontade em fazê-lo, e, por isso, deixe-me dizer-lhe, desde já, que o iremos fazer no próximo ano, seguramente. -----

----- Para terminar, o programa "Aldeia Segura". A Câmara já acompanhou a GNR, em algumas iniciativas, e sabemos que eles têm feito algumas coisas, com os meios que têm. É uma iniciativa que está no terreno, mais que isso não lhe sei dizer, apenas que decorre nas freguesias que estão sinalizadas. Mas poderei, obviamente, tentar inteirar-me, para depois transmitir a todos os senhores e senhoras presidentes de junta.-----

----- Por fim, dar nota que, no início desta sessão, foi entregue um cartaz aos senhores e senhoras presidentes de junta, para afixarem nas suas freguesias, respeitante a uma campanha de sensibilização para a recolha dos resíduos volumosos e, portanto, eu pedia toda a vossa dedicação, porque é preciso começarmos a fazer alguma pedagogia. A Câmara sozinha não consegue fazer tudo e, portanto, nós pedimos aos senhores e às senhoras presidentes de junta que nos ajudem nesta ação de sensibilização, também nas redes sociais e nos sítios que entenderem mais adequados, para que esta informação comece a fluir um pouco mais na população."-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve inscrições.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO N.º 1 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** "Vou colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara, mas, antes, enquanto deputado da Assembleia Municipal, queria dizer que acho que o período de antes da ordem do dia penaliza muito quem nele intervém. Devia

ser o período político por excelência, mas não dá espaço ao contraditório. Eu, por exemplo, queria conversar e debater com o senhor Presidente da Câmara sobre o tema que trouxe aqui, há bocadinho, onde até podíamos chegar a um acordo, mas não há momento para o contraditório. Temos que considerar e avaliar bem este período, porque acho que o Município é que perde. Isto é negar a essência da vida política e do debate político num processo democrático, numa democracia com quase cinquenta anos. E eu gosto do debate útil - útil para o Município, para o Orçamento e para os munícipes. Por isso, não haveria nenhum problema em discordarmos, mas havia todo o interesse em debatermos, em conversarmos sobre esta matéria, senhor Presidente da Câmara. Posto isto, e peço desculpa, senhor Presidente da Assembleia, porque o regimento de facto foi aprovado por nós.-----

-----Quanto à questão que me trouxe aqui, gostava de questionar o senhor Presidente da Câmara, no âmbito das suas reuniões, que teve desde fevereiro até agora, na CIM-TS, se já houve algum desenvolvimento sobre o serviço prestado pelo CTT. É que a situação degradou-se completamente, não é só a distribuição postal na margem esquerda, mas é em todo o Município. Mais, os giros que aumentaram de uma forma dramática, para quem faz o serviço. Coesão territorial também é defender os postos de trabalho numa instituição que tem quinhentos anos de existência. Poucos são os países no mundo que têm serviço privado de correios. Basta ver o que é que aconteceu na América, onde o senhor Trump quis privatizar os correios, o próprio partido dele, os Conservadores Republicanos, não estiveram de acordo. Os exemplos de serviço privado de correio é a Hungria e a Polónia, onde são todos bons rapazes!" -----

-----**A senhora deputada Eugénia Vieira, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** "Felicitó este executivo por todo o esforço feito, ao longo dos mandatos, para responder às necessidades dos vilameanenses reivindicadas há décadas, nomeadamente em termos de acessibilidades. -----

-----Vila Meã, situada na zona ocidental deste Município, é, depois da cidade, o seu

segundo maior núcleo urbano, com uma história que os vilameanenses não querem que seja apenas passado, mas, sobretudo, futuro. -----

-----Citando, reconhecida, as palavras do senhor Presidente da Câmara: *Vila Meã é uma importante porta de acesso ao nosso território, representando, historicamente, o desenvolvimento económico, a dinâmica e o empreendedorismo. Como tal, estrategicamente, com evidente impacto na vida das pessoas, na circulação viária e no crescimento e expansão de Vila Meã, este Executivo priorizou a obra do Sistema Viário Central de Vila Meã, que contempla 3 fases, encontrando-se concluídas as fases 1 e 2 e previsto para 2023, o arranque da fase 3.*-----

-----E, ainda, a obra de requalificação da Estrada Fregim/Pidre, eixo de ligação entre o Pólo urbano de Vila Meã e o centro de Amarante, e vice-versa, recentemente concluída, por ser uma importante ligação entre os nossos dois maiores polos urbanos. -----

-----Parafraseando o senhor Presidente da Câmara, *com a execução de tais obras está a ser devolvido a Vila Meã aquilo que lhe pertence, que é uma nova centralidade na região.* -----

Por Vila Meã, obrigada!” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Antes de avançar com a minha intervenção, queria só fazer aqui uma pequena retificação à intervenção da senhora deputada Eugénia Vieira. De facto, este Executivo fez a obra no eixo viário de Vila Meã, fase 2 e fase 3, porque a fase um, que vai da segunda rotunda até aos bombeiros, já foi feita no tempo do Partido Socialista, portanto, também faz parte do nó viário. Era importante retificar essa declaração, pois o senhor Presidente da Câmara também comete muitas vezes esse erro, mas subscrevo em absoluto aquilo que foi a sua intervenção, pelo que falta fazer a fase 4.-----

----- Estava a pensar fazer uma intervenção neste ponto, exatamente porque, em 2019, tive a oportunidade de vir a esta Assembleia Municipal, na altura, em substituição do

Presidente da Junta de Vila Meã, por duas vezes, em fevereiro e em junho, questionei o senhor Presidente da Câmara sobre algumas obras importantes que, enfim, tinham sido prometidas em 2013, prometidas em 2017 e, continuaram a ser prometidas em 2021. Mas, na altura, coloquei muito diretamente ao senhor Presidente da Câmara se havia a intenção de cumprir o prometido para essas obras, se havia intenção política de cumprir a elaboração dessas obras. Nem de propósito, ouvimos aquilo que foi a sua intervenção, há pouco, a dizer que agora não há dinheiro, mas, o que é certo, é que o senhor Presidente da Câmara está cá, há nove anos, mas foi eleito de quatro em quatro anos, não foi eleito em 2013 para doze anos. Já na altura, o senhor Presidente da Câmara tinha prometido uma série de obras que eu aqui vou elencar: o pavilhão desportivo de Vila Meã; o quartel da GNR de Vila Meã; a ligação do ramal de Oliveira a Vila Meã; o parque de estacionamento da estação de caminhos de ferro; e sobre a elaboração e concretização da obra do jardim de infância de Real. Em todas estas obras, a única que o senhor assumiu que não tinha condições de fazer, naquele mandato, era a ligação do ramal da Oliveira a Vila Meã. Todas as demais, o senhor tinha projetos, algumas dizia que, não sendo da competência do Município, iriam avançar à mesma com as obras. Lembro-me, inclusivamente, do parque de estacionamento da estação caminhos de ferro, em que dizia que a CP é que devia fazer a parte deles, mas iria, mesmo assim, avançar, porque se não o fizesse Vila Meã ficaria *a ver passar os comboios*. O que é certo, passados três anos e meio, essas obras continuam por concretizar. Nós sabemos que há muitos estudos, há muitos planos, há muitas intenções, mas era importante começarmos a ver a obra.”-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** “Antes de passar a algo mais concreto, há algo que quero realçar, por entender que pode ser também uma oportunidade para Amarante, tratar de um tema que, há muito, nos é caro e que tem a ver com a questão da saúde, com a questão do hospital e dos serviços de saúde prestados em Amarante. Nós

devemos realçar que temos um novo Ministro da Saúde, que sempre mostrou preocupação com este território, com esta zona geográfica, com o nosso concelho. Sabemos também que é alguém que já demonstrou ter atenção e cuidados especiais com o concelho de Amarante e, portanto, acho que estão reunidas boas condições para que - e aqui também lançou este repto ao Partido Socialista, se me permitem -, se possam encetar esforços para, finalmente, concretizarmos aquilo que Amarante precisa, ao nível do hospital e da saúde. Acho que estão reunidas todas as condições para que isso possa acontecer. -----

----- Feito esta este ponto prévio, também queria realçar, pois acho que o interveniente anterior se esqueceu, o bom trato e o bom cuidado que o Município tem para com os idosos deste concelho. Com a iniciativa que foi ontem publicitada nos meios do Município e que resulta do projeto "Aproximidade", no qual o Município opera em colaboração com a GNR, estando envolvidos alguns idosos deste município. Portanto, eu acho muito bem que tenha em atenção questões de segurança para estas pessoas, muitas vezes em situação de maior vulnerabilidade. Só tenho pena que, de facto, o senhor deputado tenha esquecido isso, porque é bom ver como Amarante trata bem os seus seniores, isto quando estamos numa altura pós pandemia, em que há muito tempo que não tínhamos um verão em pleno, tendo em conta os receios de muita gente e que são naturais. -----

----- Mas queria também realçar aquilo que foi o último verão em Amarante. Voltamos a ter animação cultural, voltamos a ter vida. A cidade e o concelho voltam a usufruir daquilo que têm de bom e é uma atividade que merece ser realçada positivamente, porque, de facto, eu acho que, neste ano, tal como já tinha vindo a ser feito anteriormente, continuou a crescer. Portanto, a pandemia não tirou força ao «Há Fest!», que mobilizou muito a juventude. Foi bonito de se ver e também de sentir, que o pelouro da Juventude trabalhou bem o tema, uma opinião que será transversal e nem a pandemia que se fez sentir, lhe tirou essa importância. -----

----- Por último, gostava também de enaltecer as diversas intervenções que vão sendo

feitas nos equipamentos municipais, na sua manutenção. Eu sei que, hoje, já ouvi que as piscinas municipais nunca tinham tido qualquer tipo de intervenção, mas elas têm constado dos relatórios de atividade, portanto, sempre que é necessário alguma reparação mais urgente, elas estão lá. -----

----- É bom ver que o Partido Socialista, muitas vezes, presta atenção ao relatório de atividades. Deixa escapar aquelas coisas mais positivas, é normal, mas nós estamos cá, precisamente, para as registar e sublinhar.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** “Em primeiro lugar, quero agradecer a amabilidade das palavras aqui proferidas, relativamente às obras em Vila Meã. -----

----- Segundo, dizer que não é adequado, neste fórum, tentar fazer passar a ideia de que as pessoas têm lapsos de memória, porque há questões que não se esquecem. Relativamente às quatro obras que aqui foram citadas, dizer que o assunto do quartel da GNR, como sabem, havia rumores sobre a eventual extinção do posto de Vila Meã, pelo que a Câmara Municipal de Amarante, para evitar essa perda, avançou com uma proposta para fazer um quartel alternativo. Numa reunião, em Lisboa, a Câmara Municipal demonstrou a vontade de fazer este projeto e fê-lo. Foi aprovado, inclusive, por todas as instâncias, na expectativa de o Governo poder ressarcir o Município, através dos quadros comunitários. Isto já foi dito aqui, mas, enfim, não custa nada voltar a contar. --

----- Entretanto, numa reunião na CIM-TS, com os onze presidentes de câmara, que testemunharam isto, estivemos uma tarde inteira com o senhor Ministro da Administração Interna e com a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, Isabel Oneto, na qual, se fez a radiografia de toda a região, das necessidades que havia, em termos de instalações, e, obviamente, chegamos à conclusão que tínhamos as instalações precárias, pelo que era preciso ter uma nova visão. Nessa altura, falei com a Senhora Secretária de Estado, a quem perguntei se podíamos avançar com a obra, ao qual respondeu que não íamos avançar com a obra, porque tínhamos que aguardar por

autorização para tal. Desde então, continuo a aguardar. A cada comandante que entra para o comando regional, quando me vem apresentar cumprimentos, peço-lhes sempre para também insistirem, para ver se conseguimos avançar com a obra. Acredito que o senhor Ministro da Administração Interna, será sensível a esta causa, e eventualmente, poderá vir a dar luz verde a esta questão. Por isso, não vale a pena tentar assacar responsabilidades à Câmara Municipal, porque não é da sua competência. -----

----- Sobre a questão do parque estacionamento da estação de caminhos de ferro de Vila Meã, mais uma vez, a tentarem enganar as pessoas. Os senhores sabem que eu sempre disse que o projeto é minimalista, serve para tentar resolver provisoriamente o problema de estacionamento e tive o cuidado de o apresentar. Depois da autorização da IP para avançar com a obra e preparar processo, que contou com a colaboração de um senhor vereador do Partido Socialista, que nos estava a ajudar, e bem, porque havia ali um problema com confrontações, na questão do acesso, com uma plantação, um mês depois, estava tudo pronto para avançar, o IP anunciou a supressão da passagem de nível, o que me deixou indignado, mais a mais, porque tomei conhecimento através dos órgãos de comunicação social. -----

----- Todos os meus colegas dos outros municípios souberem oficialmente em primeira mão e eu soube pelos órgãos de comunicação social, o que achei lamentável e, na altura, fiz saber isso ao IP. Esse nivelamento iria afetar toda a infraestrutura que pretendíamos fazer e, se bem se recordam, eu dissera que, no segundo semestre de 2021, se não estou em erro, a obra iria arrancar. Portanto, não avançamos, porque eles iriam fazer o estacionamento definitivo e, assim, já não precisávamos de estar a gastar aquele dinheiro. Porém, não foi feito no segundo semestre de 2021, nem até à data. Sei que já lançaram um concurso, o qual ficou deserto, são coisas que acontecem, não acontece só a nós. O próprio Governo também se atrasa nessas empreitadas. São dados que eu já havia dito anteriormente ao senhor deputado. -----

----- Relativamente ao Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã, os senhores também

sabem, porque já nos perguntaram isto numa Assembleia Municipal, que eu disse que estávamos à espera do visto do Tribunal de Contas para poder avançar. Entretanto, o preço base aumentou em cerca de 1.000.000€, o qual vai ser financiado com fundos da Câmara e não por um empréstimo. Posto isto, o concurso será agendado para a próxima sessão da Câmara Municipal. -----

----- Quanto à ligação do ramal de Oliveira a Vila Meã, o projeto ainda não está concluído e vai demorar algum tempo, sendo que, há duas alternativas para a ligação de Oliveira, para o qual teremos de encontrar a melhor solução. Portanto, nessa altura, poderemos requalificar o traçado, porque há ali uma parte do mesmo que suscita preocupações, porque cria muito gelo, durante o inverno. É mais uma obra que nos obrigará a expropriar algumas casas e alguns terrenos, situação que ainda estamos a avaliar, mas, a seu tempo, iremos fazer.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Ouvi muito atentamente o senhor Presidente da Câmara e, por isso, revolta-me esta questão de vos trazer a ata da Assembleia de fevereiro de 2019, pois constato que o senhor, passados três anos e meio, ou seja, há quase um mandato atrás, utilizou exatamente os mesmos argumentos. Não podemos continuar, ano após ano, mandato após mandato, a dizer sempre o mesmo, a dizer que é um plano de intenções e que está à espera de dinheiro. O senhor foi eleito de quatro em quatro anos, não foi eleito para doze anos. Em relação ao parque estacionamento, vou parafraseá-lo: *há aqui questões de responsabilidade da esfera do Governo e não do município. Foi o que eu disse agora e disse isto, há três anos e meio. Contudo, o município é sensível a este argumento e sabe que, se não fizer nada, a estação Vila Meã vai ver os comboios passar. Por isso é que eu pedi ao IP para protocolar com a Câmara e permitir que a Câmara, provisoriamente, possa criar ali parqueamento, fazendo, obviamente, um investimento o mais reduzido possível, tendo em conta que o Governo fará um dia aquilo que lhe compete. Já tenho a minuta de protocolo para depois poder*

dar seguimento a isso. Quanto vai custar, não sei, mas iremos avançar com esse investimento. Foi isso que disse há três anos e meio, mas ainda não há investimento nenhum. -----

----- Quanto à questão do ramal de Oliveira, o senhor prometeu, em 2013, no seu programa eleitoral - e eu não sou arquivista, nem faço arqueologia arquivística -, como outros elementos que aqui estão, mas lembro-me que o senhor prometeu, em 2013, prometeu em 2017, e também em 2019. O senhor disse que não fazia naquele mandato, que era um mandato que acabava em 2021, e acabou por dizer agora, em 2022, que também não vai fazer neste mandato. Portanto, esta obra vai ser feita até 2025. Se quiser, posso deixar-lhe a cópia da ata." -----

----- **O senhor Presidente da Câmara, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** "O senhor deputado fez aqui uma cronologia fantástica, mas esqueceu-se de referir em que contexto é que eu o disse e quando. Falta dizer que, entretanto, chegou a comunicação da alteração pela IP, que nos obrigou a parar e que, no segundo semestre, iam arrançar com a obra, o que acabariam por não fazer. Onde é que está, afinal, o meu erro? Se fizéssemos a obra corríamos o risco de a demolir imediatamente, mal começasse o segundo semestre de 2021. Isso não seria, certamente, uma boa gestão dos dinheiros públicos. Os factos são estes e aquilo que prevíamos era fazer uma intervenção, mais ou menos, minimalista. Eu até tive o cuidado de dizer, neste fórum, que era em saibro compactado, com drenagem. Gastaríamos com isso, entre os 200.000€ ou 300.000€, para que pudesse aguentar até haver uma solução definitiva da IP, porque essa obra não é da competência da Câmara. Apesar de a Câmara as ir fazendo, substituindo-se ao Governo, tal como aconteceu na Saúde, com a Unidade de Saúde Familiar. Também o quer fazer por causa da GNR, que é uma competência do Ministério da Administração Interna, mas que, como sabíamos que não iam fazer, nós decidimos avançar, até para estancar a veleidade de quererem acabar com o serviço. Onde é que está a imprecisão do senhor Presidente da Câmara? A única coisa em que

eu poderei dar-lhe alguma razão é na questão do ramal da Oliveira, mas eu volto a dizer-lhe que há duas alternativas, as quais implicam a expropriação de prédios, o que não é fácil. O traçado atual obriga a comprar duas casas que lá estão e o alternativo, que vai pela parte de trás, obriga a comprar uma e uma série de terrenos. Como sabe, comprar em Vila Meã é muito difícil. Ou então não sabe, porque, no passado, não fizeram nada. Mas eu já lá comprei muita coisa e vou continuar, porque há vários projetos para Vila Meã. Contudo, há que definir prioridades, sendo certo que os projetos para Vila Meã ainda não pararam e não vão parar. -----

----- Relativamente à questão dos CTT, como sabem, agora é uma entidade privada e eu estava com a esperança que o Governo resgatasse esta concessão, porque não faz sentido que assim seja. Eu corroboro completamente com aquilo que diz o senhor deputado José Joaquim Teixeira. O serviço é mal prestado e tem vindo a deteriorar-se e todos nós estamos a sentir isso. Eu não posso fazer muito mais do que contestar e apelar a que o Governo, eventualmente, acabe com esta concessão.”-----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Eu também tive esperanças que o senhor Ministro revertesse a situação dos CTT, mas não o fez. O problema é que nós temos um problema grave no concelho e é inadmissível que uma mensagem do centro de saúde, chegue ao destinatário dias depois da consulta agendada; que os avisos para cortar a luz e a água sejam o pão nosso de cada dia nas aldeias, o que é inadmissível nos tempos de hoje. A autarquia e todos nós, afinal, não podemos admitir uma coisa destas. Não estamos propriamente na República Popular do Congo, e não considerem isto racismo.”--

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Só para lembrar o senhor Presidente da Câmara que não me respondeu à questão que lhe fiz, sobre o Jardim de Infância de Real. Os terrenos já tinham sido comprados em 2015 ou 2016, presumo, mas o certo é que, passados seis anos, duas gerações de crianças não tiveram condições condignas para

frequentar o ensino pré-escolar, nas mesmas circunstâncias que outros meninos podem fazer noutras freguesias e, portanto, também dizer-lhe, senhor Presidente da Câmara, que esta é uma responsabilidade do Município. Continuamos a ter uma mão cheia de nada, muitos projetos, muitos planos de intenções, mas há uma incongruência do senhor Presidente, que continua a usar sempre os mesmos argumentos, sempre a falar dos mesmos assuntos, sempre a falar nos mesmos projetos, mas o que certo é que, de facto, a obra não é visível aos olhos de ninguém, nem constitui melhoria de qualidade de vida para ninguém.”-----

----- **O senhor Presidente da Câmara, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** “Esta questão até me dá prazer responder-lhe. Quando cheguei aqui, em 2013, o QREN, que antecedeu o Portugal 2020, foi um programa fantástico para as autarquias, em que o senhor podia ter ajudado o Presidente da Câmara, à data, a ser mais célere no aproveitamento dos quadros comunitários. Nessa altura, para o parque escolar, o QREN comparticipava o investimento em quase 100%, incluindo os próprios terrenos. Quase todos os territórios à volta, excetuando um, têm um parque escolar fantástico, fizeram as escolas todas. Mas, Amarante andava a dormir. Se calhar, estava mal assessorado na área da educação e noutras áreas. Quando eu cheguei, o senhor sabe que o Portugal 2020 não financiava a construção de escolas, a não ser através de *overbooking*, do qual eu até tive denúncias na Polícia Judiciária e por todo o lado, por aproveitar as migalhas que havia para conseguir fazer a obra que fiz. E veja lá o destino, em algumas delas acabei por obter financiamento a 100%. É preciso ser expedito e aproveitar os quadros comunitários, como eu aproveitei e, por isso, é que eu digo de boca cheia, com muita alegria e muito contentamento, que aproveitei muito mais que qualquer outro concelho aqui à volta. Porque fiz projetos, tinha vontade, tinha ideias para o território, há muito tempo. Repare que, sem quadros comunitários específicos, nós fomos carrear fundos para construir cinco escolas e, agora, para terminar, faltam três. Sem apoios de quadros comunitários específicos, mas vou fazê-las. Portanto, quando o

senhor vem aqui criticar, devia era aplaudir, dizer que o Presidente da Câmara e a sua equipa estão de parabéns, porque, num quadro comunitário que não contemplava apoio para a educação, conseguiu brilhar. E ainda por cima, mantém a vontade de continuar a fazer. Quando vem falar dos equipamentos desportivos, devia dizer que o Presidente da Câmara fez outro grande brilhar, porque, anteriormente ao QREN, houve muito dinheiro para equipamentos desportivos, mas, mesmo assim, veja os equipamentos desportivos que fez, tendo neste momento centenas de jovens a praticar desporto. E agora vai arrancar também o Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã. Também fizemos outro pavilhão na Escola Básica Amadeo de Souza-Cardoso, que era uma promessa, também de há muito tempo, para as crianças poderem utilizar. O senhor deputado não pode vir aqui como dono da verdade, porque este cidadão fez e vai continuar a fazer, aquilo que outros não conseguiram fazer em vinte e quatro anos. E isso é que vos custa, mas nós, nos três anos que ainda faltam, vamos continuar a fazer, esteja descansado relativamente a isso.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** “O senhor deputado Torcato Ferreira quis dizer que eu não disse nada, mas ele ainda fez pior do que eu, veio aqui apresentar três ou quatro não questões. O senhor deputado aprendeu com os advogados, que, nos julgamentos, nunca fazem nenhuma pergunta que não saibam a resposta. Já vi que também tem alguma vocação para isso e, portanto, são quatro não questões, ainda por cima relativas a obras que nem sequer são da responsabilidade do Município. Não obstante, vai fazer, porque são necessárias. Mas era o seu governo que as devia fazer, o senhor devia ir aborrecer o seu governo. O Senhor Ministro da Administração Interna, que até foi presidente da Câmara de Baião e, portanto, conhece a realidade, os senhores deputados do Partido Socialista devem dizer-lhe que há um quartel que está a funcionar provisoriamente há uns trinta anos, que precisa de ser construído um novo, porque a Câmara está de boa vontade em fazê-lo. Eu sei que ele cada vez que vem cá um

comandante até leva cópia do projeto e diz-lhe: *olhe, veja lá, eu já mandei para lá várias vezes. Leve o senhor também, para ver se eles fazem o quartel.* Eu também fui deputado da Assembleia Municipal, em 2009. Vejo que aprenderam com o passado e estão a perceber. Já agora, indo para Vila Meã, parece-me que foi o Partido Socialista, acho que não estou errado, que pôs lá um cartaz a dizer: «aqui vai ser o pavilhão desportivo». Na «arqueologia» de 2009, lá consta a referência a esta obra: *O pavilhão gimnodesportivo de Vila Meã concluirá a oferta de equipamentos públicos essenciais. Com a construção destes equipamentos, Amarante ficará com a necessidade de investimentos mais vultuosos, por muitos anos, lia-se.* Mas, o senhor Presidente da Câmara disse que fazia e já vai avançar. Isto não é tendência política, é factual. Voltando a fazer arqueologia, lembro o pavilhão gimnodesportivo da EB de Telões, mais um do programa do PS, em 2009. *O pavilhão Gimnodesportivo da EB b 2 Telões dará resposta às necessidades da escola e da população.*-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** “Quero fazer um ponto de ordem. Eu gostaria que as pessoas viessem aqui discutir o que está no relatório, mas está-se a discutir política, está-se a fazer acusações e, acima de tudo, não estamos a ganhar nada. Eu acho que as pessoas têm que ter bom senso quando estão nesta casa, não andarem a discutir e a fazer discursos perfeitamente inacreditáveis, que não são aceitáveis e, acima de tudo, não trazem nenhuma mais valia esta casa. Isto é importante, estamos aqui a agredir-nos uns aos outros, a trazer arqueologia política, arqueologia do que vocês quiserem. Estamos a falar do que não faz parte do relatório de atividades da Câmara Municipal, discutamos aquilo que está em discussão, acima de tudo, sejamos, pelo menos, politicamente corretos. É isto que eu vos peço.”-----

----- **A senhora deputada Maria de Lurdes Coelho, do Grupo Político Municipal do PS,** usou da palavra para sensibilizar o senhor Presidente da Assembleia, no sentido de agendar as reuniões para outro horário, uma vez que, neste horário, as pessoas não

contra. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, para surtir efeitos imediatos, por **51 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra.** Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto n.º 4** – Constituição da Associação de Direito Privado – “Douro, Tâmega e Sousa, Invest”;-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra:-----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS,** que adiantou que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar favoravelmente este ponto. Seguidamente, declarou que os elementos da sua bancada não estavam a conseguir aceder aos documentos da reunião, uma vez que não tinham sinal de internet e, por isso, não podiam utilizar os equipamentos (*tablets*) que lhes foram atribuídos.-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD,** proferiu a seguinte intervenção: “A criação desta organização é mais uma evidência de que os territórios, hoje em dia, devem ser trabalhados e preparados para se tornarem mais atrativos para a captação de investimento de empresas, gerar emprego e dinamizar as áreas em que em que estas organizações se inserem.-----

----- Depois de um processo que foi difícil de digerir, por alguns, é ainda mais difícil aceitar que, desde 2014, Amarante trabalha. Pois criou uma unidade orgânica para fazer precisamente isto, ou seja, trabalhar o território, gerar atratividade, atrair empresas e gerar emprego. Hoje fica aqui plasmada a evidência daquilo que Amarante começou a fazer em 2014. E para aquilo que estamos, hoje, a votar para esta entidade, para a sua génese, até foram convidadas a participar na sua programação, vamos dizer assim, algumas das pessoas envolvidas naquilo que se fez em Amarante. A verdade é que fica aqui reconhecido, mais uma vez, que a criação da “InvestAmarante” foi um marco importante para o desenvolvimento do nosso concelho. Fico muito satisfeito por ver

que, hoje, todos concordamos com a criação de uma organização deste género, a nível da CIM-TS, a nível regional. E fico ainda mais satisfeito também por ver que alguns municípios vizinhos têm vindo, nos últimos tempos, a criar organizações semelhantes. ---

----- Portanto, senhor Presidente, não podia deixar de realçar, obviamente, satisfeito pelos resultados que temos tido em Amarante e que o território também acorda para este tema, que não é uma inovação e fico também muito satisfeito por ver que, desta vez, o Partido Socialista e os seus elementos concordam que o território precisa de ser dinamizado.” -----

----- **Deliberação:** Na sequência da deliberação unânime tomada, nos termos do artigo 105.º, n.º 1, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em reunião do Conselho Intermunicipal, havida a 12 de julho de 2022, e de acordo com os inerentes documentos de suporte e pareceres constantes do processo administrativo, para constituição da Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa, Invest (conforme extrato de ata junto), e, bem assim, de acordo com a proposta da Exma. Câmara Municipal, na sua reunião de 22 de agosto de 2022, a Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 27 de setembro de 2022, deliberou aprovar a adesão àquela associação com os efeitos jurídicos cominados nos seus Estatutos. Esta deliberação foi tomada por: **51 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra**. No ato da votação estavam presentes **51 membros** dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, para surtir efeitos imediatos, por **51 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra**. No ato da votação estavam presentes **51 membros** dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto n.º 5** – Afetação de parcelas de terreno ao domínio público municipal; -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS**, para adiantar que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria abster-se na votação deste ponto. De seguida, recomendou que se ligasse o caminho a uma estrada municipal

próxima, porque não fica muito longe da mesma, segundo o que pôde ver no mapa.-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** “Acho sempre importante, quando tendemos a não concordar com alguma questão, que a justifiquemos. Ora, perante uma abstenção, vir aqui dizer: *já agora que se vai fazer, faça-se ali mais um bocadinho*. Enfim, fiquei sem perceber qual é a razão real para a abstenção do Partido Socialista. Mas, se for aprovado - e a bancada do PSD irá votar a favor -, fica o registo.”-----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a afetação ao domínio público das parcelas de terreno em causa, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

----- Esta deliberação foi tomada por: **27 votos a favor, 24 abstenções e 0 votos contra**. Encontravam-se presentes **51 membros** dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, para surtir efeitos imediatos, por **51 votos a favor; 0 abstenções; 0 votos contra**. Encontravam-se presentes **51 membros** dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto n.º 6 – Manual de Gestão.**-----

----- Inscreveu-se para usar da palavra a **senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** “Venho dizer que o documento deveria mencionar, em primeiro lugar, as alterações e, depois, republicar, eventualmente, a totalidade do documento. No presente caso, torna-se muito difícil verificar onde é que foram efetuadas as alterações. Aliás, é assim que se faz nas leis: primeiro surgem as alterações, depois republica-se a totalidade do diploma.”-----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos,

quando eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. -----

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que depois de lida e aprovada, por _____, na sessão ordinária de 15.12.2022, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

